

Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

Direito



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Antônio Luiz da Silva Laginestra
Presidente

Jorge Farah
Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva
Secretário

Carlos Alberto Oliveira Ramos da Rocha
José Luiz da Rosa Ponte
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa
Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes
Direção Geral

Michele Mendes Hiath Silva
Direção de Planejamento

Ana Claudia Baddini dos Santos
Direção Administrativa

Fillipe Ponciano Ferreira
Direção Jurídica

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO

Verônica Santos Albuquerque
Reitora

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Mariana Beatriz Arcuri
Direção Acadêmica de Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim
Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas

Anne Rose Alves Federici Marinho
Direção de Educação a Distância

HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa
Direção Geral

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro
Direção

CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – CCFP

Edenise da Silva Antas
Direção

Copyright© 2026
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel (Presidente)

Conselho Editorial e Deliberativo

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel

Mariana Beatriz Arcuri

Verônica dos Santos Albuquerque

Vivian Telles Paim

Assistente Editorial

Matheus Moreira Nogueira

Formatação

Matheus Moreira Nogueira

Capa

Gerência de Comunicação

C389 Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Caderno de questões comentadas do Teste de Progresso: Direito / Centro
Universitário Serra dos Órgãos. -- Teresópolis: UNIFESO, 2026.

55 p.: il. color.

ISBN 978-65-5320-075-3

1. Teste de Progresso. 2. Avaliação do Desempenho Discente.
3. Direito. 4. Unifeso. I. Título.

CDD 378.8153

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto – Teresópolis – RJ – CEP: 25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso consiste em um instrumento avaliativo que foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil sua primeira aplicação se deu em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de Graduação em Direito, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a complexidade das questões para todos os períodos. São cinquenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e quarenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso e fundamentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O Teste de Progresso permite que seja avaliada a evolução do estudante, bem como das turmas, ao longo do curso. Serve também como alicerce para constantes reavaliações curriculares e dos processos avaliativos aplicados, favorecendo a elaboração de novas estratégias, quando necessário. Sendo assim, podemos considerá-lo um instrumento fundamental para a garantia de uma auto-avaliação pelos discentes e pelo curso como um todo.

AUTORES

Ana Luiza Leão de Aquino Barreto
Caio Márcio Gutterres Taranto
Carla Ferreira Gonçalves
Carlos Henrique Ramos
Christiane Vaz Sa Viana
Debora Lubrano de Mendonça
Felipe Cavaliere Tavares
Gisele Alves de Lima Silva
Joaquim Humberto Coelho de Oliveira
Josimar Domingues Teixeira
Jucinea de Cassia Granito da Rosa
Luanna da Silva Figueira
Lucas Baffi Ferreira Pinto
Luiz Carlos de Assis Junior
Luiz Felipe Teves de Paiva Sousa
Paula Maíra da Rocha Caldeira e Sousa Damasceno
Paulo Cruz da Silva Junior
Raphaela Magnino Rosa Portilho
Tainah Simões Sales Thiago
Tatiana Constancio Silva
Thiago Rodrigues Pereira
Wingler Alves Pereira

	FESO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO			NOTA FINAL
	Aluno:			
	Componente Curricular: CONHECIMENTOS GERAIS e CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
	Professor (es):			
	Período: 202601	Turma:	Data: 13/05/2026	

TESTE DE PROGRESSO 2026 - DIREITO

RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA PROVA 14074 - CADERNO 001

1ª QUESTÃO

Enunciado:

A rápida incorporação de sistemas baseados em inteligência artificial, automação avançada e análise massiva de dados tem ampliado tanto as possibilidades de inovação quanto os dilemas regulatórios enfrentados por diferentes países. No Brasil, debates recentes sobre proteção de dados, responsabilidade algorítmica e transparência na utilização de modelos automatizados revelam tensões entre o estímulo ao desenvolvimento tecnológico e a necessidade de preservar direitos fundamentais. A ampliação dessas tecnologias em setores públicos e privados, especialmente em áreas sensíveis como saúde, justiça e segurança, intensifica o debate sobre riscos, controles institucionais e padrões éticos. Considerando esse contexto, qual interpretação explica o principal desafio enfrentado pelo país na regulação da inteligência artificial?

Alternativas:

(alternativa A)

A adoção de diretrizes que limitem de forma absoluta qualquer utilização de tecnologias de automação no setor público.

(alternativa B) (CORRETA)

A criação de mecanismos que conciliem inovação com salvaguardas éticas e jurídicas capazes de garantir transparência e responsabilidade no uso de sistemas automatizados.

(alternativa C)

A formulação de normas que se restrinjam exclusivamente ao incentivo econômico, sem considerar impactos sociais ou institucionais.

(alternativa D)

A proibição do uso de inteligência artificial em setores sensíveis, independentemente de sua regulamentação.

(alternativa E)

A transferência integral da regulação para empresas privadas, dispensando a atuação do Estado.

Resposta comentada:

Fonte: Adaptado de Gran Questões.

A alternativa **C** expressa corretamente o principal desafio da regulação da inteligência artificial no Brasil: **equilibrar o avanço tecnológico com a proteção de direitos fundamentais**.

O texto destaca justamente essa tensão entre:

- o **incentivo à inovação tecnológica** (uso de IA, automação, dados),
- e a necessidade de garantir **transparência, responsabilidade, ética e proteção de direitos** (como privacidade e segurança).

Portanto, o grande desafio não é impedir a tecnologia nem liberar totalmente seu uso, mas sim **criar regras que permitam o desenvolvimento com controle e responsabilidade**.

Feedback:

--

2ª QUESTÃO**Enunciado:**

Veja a figura abaixo:

Crianças impactadas pela guerra em Israel e Gaza

Atualizado em 6 de novembro



Fonte: Ministério da Saúde palestino e autoridades israelenses em 06/11



O gráfico apresentado evidencia o aumento do número de crianças mortas no contexto do conflito entre Israel e Palestina, permitindo observar a intensificação dos impactos do confronto sobre a população civil infantil. Com base na leitura do gráfico e nos fundamentos do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e do Direito Internacional Humanitário (DIH), analise as afirmativas a seguir:

- I. O aumento expressivo de mortes de crianças pode indicar dificuldades na observância do princípio da distinção, especialmente quanto à proteção de civis em áreas de conflito.
- II. A incidência simultânea do DIDH e do DIH em conflitos armados permite avaliar juridicamente as condutas tanto sob a perspectiva da proteção da pessoa humana quanto das regras de condução das hostilidades.
- III. A análise jurídica dos dados exige considerar não apenas a ocorrência das mortes, mas também critérios como proporcionalidade e precauções no ataque.
- IV. Em contextos de conflito armado, crianças deixam de ser objeto de proteção jurídica específica, pois o regime aplicável passa a ser exclusivamente militar.

Agora, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

Apenas II e IV estão corretas.

(alternativa B)

Todas as afirmativas estão corretas.

(alternativa C)

Apenas I e III estão corretas.

(alternativa D) (CORRETA)

Apenas I, II e III estão corretas.

(alternativa E)

Apenas I e II estão corretas.

Resposta comentada:

A afirmativa IV está errada porque as crianças não deixam de ser objeto de proteção durante o conflito armado, pelo contrário, possuem uma proteção jurídica específica, presente tanto no DIH como no DIDH.

Feedback:

--

3ª QUESTÃO**Enunciado:**

O aquecimento global configura-se como um dos principais desafios ambientais do mundo contemporâneo, pois seus efeitos se manifestam de forma ampla sobre os sistemas naturais e sobre as atividades humanas. A intensificação do efeito estufa, associada principalmente a ações antrópicas, tem provocado alterações nos regimes de chuvas, aumento da frequência de eventos climáticos extremos e impactos sobre a biodiversidade. A compreensão desse fenômeno é fundamental para a formulação de políticas públicas e para a adoção de práticas sustentáveis. Diante desse contexto, qual alternativa apresenta corretamente uma característica do aquecimento global?

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Relação direta com o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.

(alternativa B)

Redução da temperatura média global em decorrência da diminuição da radiação solar.

(alternativa C)

Inexistência de relação com atividades econômicas humanas.

(alternativa D)

Ausência de impactos sobre os ecossistemas naturais.

(alternativa E)

Ocorrência exclusiva por causas naturais, sem influência humana.

Resposta comentada:

Fonte: Adaptado de Gran Questões.

A alternativa **B** está correta porque identifica a principal causa do aquecimento global: o **aumento da concentração de gases de efeito estufa (como CO₂, metano e óxidos de nitrogênio) na atmosfera.**

Esses gases intensificam o efeito estufa natural, **retendo mais calor na Terra** e elevando a temperatura média global.

Grande parte desse aumento está associada a **atividades humanas**, como:

- queima de combustíveis fósseis,
- desmatamento,
- atividades industriais e agropecuárias.

Feedback:

--

4ª QUESTÃO

Enunciado:

A fome e a insegurança alimentar, antigos problemas da sociedade, são agravados em regiões com elevados índices de desigualdade social. Propor soluções para esse quadro requer uma abordagem multidimensional, que possibilite a interação entre as dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas na produção e na distribuição de alimentos.



Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1788102>

Considerando o texto e a imagem apresentados, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A fome no mundo é um fenômeno biológico e sociológico inevitável.

PORQUE

II. A disponibilidade desigual de alimentos, o acirramento de conflitos geopolíticos, a formação de cadeias agrícolas globais e o aumento das catástrofes climáticas são fatores que impactam a segurança alimentar de um grande número de populações.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C) (CORRETA)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(alternativa D)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Resposta comentada:

QUESTÃO 01 ENADE 2023 (adaptado)

Feedback:

--

Enunciado:

O direito à cidade é um conceito que vai além do simples acesso ao espaço urbano. Conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), ele compreende o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações. Em sua dimensão de direitos humanos, o direito à cidade implica que o espaço urbano deve ser planejado e gerido de forma a garantir dignidade, participação popular e não discriminação a todos os seus habitantes.

Considere o seguinte cenário: em um município de médio porte, uma obra de revitalização do centro histórico ampliou calçadas, instalou rampas de acessibilidade e renovou a iluminação pública. Contudo, ao mesmo tempo, o poder público removeu, sem consulta prévia, uma comunidade de baixa renda que ocupava há mais de 20 anos uma área próxima ao centro, realocando seus moradores para um conjunto habitacional situado a 30 km do local, distante de serviços de saúde, escolas e transporte público de qualidade.

Considerando os princípios dos direitos humanos e o conceito de direito à cidade, avalie as afirmações a seguir.

- I. A instalação de rampas e a ampliação de calçadas são medidas compatíveis com o direito à cidade, pois promovem acessibilidade e inclusão no espaço urbano.
- II. A remoção da comunidade sem consulta prévia contraria o direito à participação popular previsto no Estatuto da Cidade, mas não configura violação de direitos humanos, desde que o poder público ofereça alternativa de moradia.
- III. A realocação dos moradores para um local distante de serviços essenciais agrava a exclusão socioespacial, comprometendo direitos como saúde, educação e mobilidade, o que é incompatível com uma perspectiva integral de direitos humanos.
- IV. O direito à cidade, em sua dimensão de direitos humanos, exige que as políticas urbanas considerem não apenas o acesso à moradia, mas também a proximidade a serviços, o pertencimento comunitário e a participação dos afetados nas decisões.

É correto o que se afirma em:

Alternativas:**(alternativa A)**

I e II, apenas.

(alternativa B)

II, III e IV, apenas.

(alternativa C)

II e III, apenas.

(alternativa D) (CORRETA)

I, III e IV, apenas.

(alternativa E)

I, II, III e IV.

Resposta comentada:

Afirmativa I — Verdadeira. A instalação de rampas e a ampliação de calçadas são exemplos diretos de ações voltadas à acessibilidade universal, sendo compatíveis com o direito à cidade ao garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam usufruir do espaço urbano com dignidade.

Afirmativa II — Falsa. A remoção forçada sem consulta prévia não é apenas uma violação do princípio de participação popular do Estatuto da Cidade — ela constitui também uma violação de direitos humanos reconhecida internacionalmente, inclusive pelo Comentário Geral nº 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, que trata das remoções forçadas. A mera oferta de alternativa de moradia não afasta a violação quando o processo é conduzido sem participação, transparência e consulta prévia aos afetados.

Afirmativa III — Verdadeira. Realocar pessoas para locais sem acesso adequado a saúde, educação e transporte representa uma forma de exclusão socioespacial que viola a integralidade dos direitos humanos. O direito à moradia adequada, conforme parâmetros internacionais, inclui localização que permita acesso a serviços e oportunidades.

Afirmativa IV — Verdadeira. O direito à cidade em perspectiva de direitos humanos é multidimensional: envolve moradia, mobilidade, serviços, pertencimento e participação. Políticas urbanas que desconsideram essas dimensões, mesmo quando oferecem moradia física, reproduzem desigualdades e violam o princípio da dignidade humana..

Feedback:

--

6ª QUESTÃO**Enunciado:**

Observe a charge a seguir e, depois, responda à questão sobre o tema que ela apresenta:



(Fonte: http://www.genildo.com/2021_08_23_archive.html)

A comunicação no mundo digital redefine as relações entre emissores, receptores e mensagens, especialmente a partir do uso de plataformas digitais.

Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A)**

A desintermediação completa da comunicação digital elimina relações de poder e controle sobre a circulação da informação.

(alternativa B)

A comunicação digital reduz a participação social, uma vez que limita a produção de conteúdo aos grandes veículos de mídia.

(alternativa C)

A lógica algorítmica das plataformas digitais promove, de forma automática, a pluralidade de ideias e o acesso equilibrado a diferentes pontos de vista.

(alternativa D)

As plataformas digitais impedem a circulação de informações falsas, garantindo total confiabilidade dos conteúdos compartilhados.

(alternativa E) (CORRETA)

A formação de bolhas informacionais e câmaras de eco resulta, entre outros fatores, da personalização algorítmica dos conteúdos consumidos pelos usuários.

Resposta comentada:

Fonte: Adaptado de Gran Questões.

A alternativa **B** está correta porque expressa um dos principais fenômenos da comunicação digital contemporânea: a formação de **bolhas informacionais e câmaras de eco**.

Isso ocorre porque os algoritmos das plataformas digitais (como redes sociais) **personalizam o conteúdo** com base no comportamento do usuário (curtidas, compartilhamentos, buscas). Como resultado, a pessoa passa a consumir predominantemente conteúdos que **reforçam suas próprias opiniões**, tendo menos contato com visões diferentes.

Feedback:

--

7ª QUESTÃO**Enunciado:**

As minorias sociais são grupos de pessoas que, dentro de uma sociedade, enfrentam discriminação, preconceito e desigualdades devido a fatores como raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, idade, religião, ou condições socioeconômicas. São grupos que, historicamente, têm sido marginalizados e excluídos do acesso a direitos e oportunidades.

A respeito da temática e considerando a realidade brasileira, é possível afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A)**

A população LGBTQIA+ no Brasil não está totalmente desprovida de proteção jurídica, pois existem algumas leis específicas a este grupo, criadas pelo Congresso Nacional, que garantem direitos humanos, mas a persistência de crimes de ódio e violência demonstram a necessidade de avanços na legislação e na conscientização social.

(alternativa B) (CORRETA)

A proibição da exclusão não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a equidade, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação.

(alternativa C)

As experiências pessoais são atravessadas por estruturas de poder que se manifestam na sociedade, de modo que apenas quem enfrentou uma determinada violência na vida – como, por exemplo, alguém que foi vítima de racismo – possui “lugar de fala”, ou seja, pode se manifestar sobre a temática.

(alternativa D)

As mulheres não podem ser consideradas minorias sociais, porque apesar de, em muitas sociedades, elas ocuparem posições de menor poder e privilégio em comparação aos homens, enfrentando tratamento desigual e discriminação sistêmica, elas são maioria da população.

(alternativa E)

No Brasil, é juridicamente impossível que uma pessoa trans proceda à alteração de nome em seus documentos, pois a definição de “mulher” e de “homem”, de acordo com o Poder Judiciário brasileiro, refere-se ao sexo biológico, e não à identidade de gênero.

Resposta comentada:

Não há leis criadas pelo Congresso Nacional específicas para a população LGBTQ+. As conquistas de direito se deram a partir de decisões judiciais. Para o STF, a alteração de documentos de pessoas trans é permitida ainda que não haja cirurgia de alteração sexual. As mulheres são consideradas minorias sociais em razão da subjugação histórica, embora sejam maioria da população. Conforme ensina Djamila Ribeiro, em sua obra “O que é lugar de fala”, todos possuem lugar de fala e podem falar sobre estruturas sociais e discriminações a partir de seu local social.

Feedback:

--

8ª QUESTÃO**Enunciado:**

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, no ano de 2024 foi registrado, novamente, um aumento de casos de violência contra mulher, nas suas mais diversas formas –psicológica, sexual, patrimonial, física, entre outras. No que tange ao fenômeno do feminicídio e sua proteção no sistema de Direitos Humanos, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

- I. O feminicídio é a expressão máxima de uma violência estrutural e sistemática de que atinge as mulheres, cuja omissão do estado na prevenção, julgamento e condenação de criminosos pode acarretar a responsabilidade internacional do país perante órgãos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

PORQUE

- II. A única forma de prevenção do aumento desses casos é com um maior rigor nas condenações de pessoas que assassinam mulheres. Entende-se que o aumento do rigor nas punições vai diminuir, sensivelmente, essa epidemia de feminicídios que o Brasil vem sofrendo.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

A asserção II é uma proposição verdadeira, e a I é uma proposição falsa.

(alternativa B)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa C) (CORRETA)

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(alternativa D)

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Resposta comentada:

A asserção I está correta.

O crime contra Maria da Penha Maia Fernandes é um exemplo de caso julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e que condenou o Brasil por negligência e omissão de proteção contra a violência doméstica.

A Asserção II é incorreta.

Prevenir o aumento de feminicídios não está ligado somente a prisão de pessoas que cometeram assassinato. Criminalizar os discursos de ódio em redes sociais, educação para mídias e discutir as temáticas de gênero no ensino fundamental e médio são medidas também necessárias para impedir essa quantidade de casos de assassinatos contra mulheres.

Feedback:

--

9ª QUESTÃO**Enunciado:****TEXTO 1**

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses. Quando falava dos pretos, dizia “os sujos” e, quando se referia a um mulato dizia “o cabra”. Maria Bárbara tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo aos brasileiros. Quando a filha foi pedida por Manuel Pedroso, então principiante no comércio da capital, ela dissera: “Bem! Ao menos tenho a certeza de que é branco!”

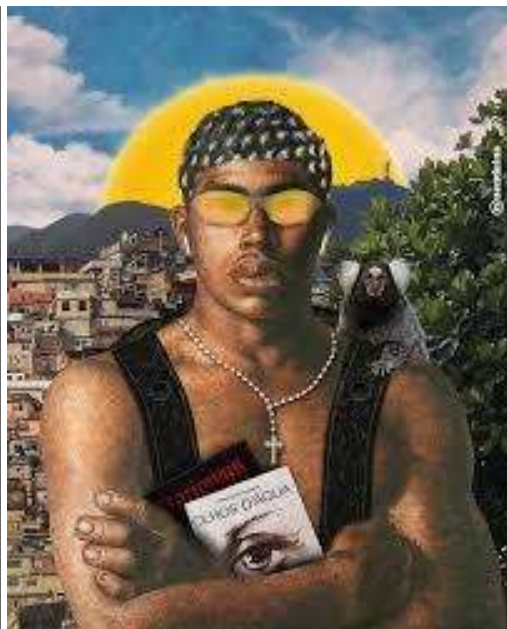
AZEVEDO, A. O mulato. São Luís: Typografi a o Paiz, 1881 (adaptado).

TEXTO 2

A morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos. Dorvi se lembrou do combinado, o juramento feito em voz uníssona, gritado sob o pipocar dos tiros: — A gente combinamos de não morrer! Balas enfeitam o coração da noite. Não gosto de filmes da tevê. Morre e mata de mentira. Aqui, não. Às vezes a morte é leve como a poeira. E a vida se confunde com um pó branco qualquer. Às vezes é uma fumaça adocicada enchendo o pulmão da gente.

EVARISTO, C. Olhos d´água. Rio de Janeiro: Pallas. Fundação Biblioteca Nacional, 2016 (adaptado).

TEXTO 3



DEL NUNES. O Cria. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgCSOKegX4J/>.

O Cria é uma releitura da pintura “O Mestiço” de Cândido Portinari. Em sua obra, Del Nunes personifica a identidade do jovem brasileiro das periferias do Brasil. Oriundo de São Cristóvão, bairro periférico de Salvador, o artista transmite em suas produções a essência da cultura preta, cria e recria momentos do povo negro apagados pela história, divulgando-as nas redes sociais.

A partir das informações apresentadas e tendo em vista a possibilidade das várias manifestações culturais estabelecerem relação com a construção da memória e a definição da identidade cultural de um povo, avalie as afirmações a seguir.

- I. Os trechos das obras apresentadas nos textos 1 e 2 e a ressignificação artística proposta no texto 3 resgatam uma reflexão acerca da condição histórica da maioria da população brasileira.
- II. Ao longo do processo histórico de constituição da identidade do povo brasileiro, o convívio cooperativo e cordial entre as diferentes culturas contribuiu para a integração e o respeito às diferenças étnicas e religiosas.
- III. A produção de conteúdo artístico que proponha a reflexão sobre a condição social da população negra provoca a quebra do silenciamento imposto pelo processo de segregação historicamente promovido pelo processo de colonização.
- IV. A arte expressa no texto 3, ao imitar uma obra clássica de Portinari, apresenta limitação na promoção do empoderamento da população afrodescendente, provocando um acirramento cultural.

É correto apenas o que se afirma em:

Alternativas:
(alternativa A)

I e IV;

(alternativa B)

IV.

(alternativa C) (CORRETA)

I e III.

(alternativa D)

II.

(alternativa E)

II e III.

Resposta comentada:
QUESTÃO 06 - ENADE 2023.

Feedback:

--

10ª QUESTÃO

Enunciado:

Leia o texto a seguir:

Em um cenário internacional marcado por conflitos armados e instabilidade geopolítica, o preço do petróleo tem apresentado forte volatilidade, impactando diretamente o valor dos combustíveis em diversos países. Em 2026, a elevação do barril de petróleo e as tensões internacionais já começam a pressionar os preços de gasolina e diesel no Brasil, além de afetar a inflação e o custo do transporte.

Além disso, países que mantêm relações comerciais com grandes exportadores de energia, como a Rússia, passam a ser alvo de críticas e possíveis pressões econômicas, sob a justificativa de que contribuem para a sustentação financeira de países em conflito.

G1. Trump ameaça impor tarifas a países que comprem petróleo russo. Rio de Janeiro: Globo, 2026 (adaptado).

Com base nesse contexto, é correto afirmar que o Brasil pode sofrer pressões internacionais porque:

Alternativas:

(alternativa A) (CORRETA)

Importa combustíveis e insumos estratégicos de países envolvidos no conflito.

(alternativa B)

Rompeu relações comerciais com países produtores de petróleo.

(alternativa C)

Mantém políticas internas que impedem a variação do preço dos combustíveis.

(alternativa D)

Exporta armamentos para países em guerra.

(alternativa E)

Integra alianças militares diretamente envolvidas no conflito.

Resposta comentada:

O texto destaca que, em um cenário de conflitos e tensões internacionais, países que mantêm relações comerciais com grandes exportadores de energia (como a Rússia) podem sofrer **pressões econômicas e políticas**.

O Brasil, mesmo sendo produtor de petróleo, **ainda depende da importação de combustíveis refinados e outros insumos estratégicos**. Se essas importações vêm de países envolvidos em conflitos (ou alvo de sanções), o país pode ser criticado ou pressionado internacionalmente.

Feedback:

--

11ª QUESTÃO

Enunciado:

Veja a situação a seguir:

Durante uma aula, um professor afirma que o desenvolvimento do Direito no Brasil acompanha transformações políticas marcantes, como a passagem do Império para a República, períodos de autoritarismo e momentos de redemocratização, sendo possível identificar, em cada fase, diferentes formas de organização do poder e de proteção de direitos.

Com base nessa afirmação e na evolução histórica do Direito brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. O período imperial brasileiro foi marcado por uma Constituição que conciliava elementos liberais com forte centralização política.

II. A República Velha consolidou plenamente a participação democrática e a inclusão social no Brasil.

III. O período do Estado Novo caracterizou-se pela concentração de poderes e restrição de liberdades políticas.

IV. O processo de redemocratização culminou na Constituição de 1988, que ampliou direitos fundamentais e mecanismos de controle social.

Agora, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

Apenas I e IV estão corretas.

(alternativa B) (CORRETA)

Apenas I, III e IV estão corretas.

(alternativa C)

Todas estão corretas.

(alternativa D)

Apenas I e II estão corretas.

(alternativa E)

Apenas II e III estão corretas.

Resposta comentada:

A afirmativa I está correta, pois o Império combinava garantias liberais com centralização (especialmente via Poder Moderador).

A afirmativa II está incorreta, pois a República Velha foi marcada por **exclusão política e voto restrito**, além do coronelismo.

A afirmativa III está correta, pois o Estado Novo foi um regime autoritário.

A afirmativa IV está correta, ao apontar a Constituição de 1988 como marco da redemocratização e ampliação de direitos.

Feedback:

--

12ª QUESTÃO

Enunciado:

Veja a situação a seguir:

Em determinado caso concreto, diante da ausência de norma legal específica, o magistrado recorre a práticas reiteradas e socialmente aceitas no âmbito de determinada comunidade, bem como a entendimentos consolidados dos tribunais superiores e a princípios gerais do Direito, a fim de fundamentar sua decisão. Ao justificar sua escolha, afirma que o ordenamento jurídico não se esgota na lei, mas se constitui a partir de múltiplas formas de produção normativa.

Com base na teoria das fontes do Direito, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

O uso do costume como fundamento da decisão judicial implica sua equiparação hierárquica à lei, independentemente do sistema jurídico adotado.

(alternativa B)

A jurisprudência, ao ser utilizada pelo magistrado, assume necessariamente caráter vinculante, independentemente de previsão legal específica.

(alternativa C)

A decisão judicial descrita revela uma concepção estritamente legalista do Direito, na qual a lei permanece como única fonte legítima de produção normativa.

(alternativa D)

A utilização de princípios gerais do Direito demonstra a substituição da lei como fonte primária, evidenciando a superação do modelo normativo estatal.

(alternativa E) (CORRETA)

O recurso a costumes, jurisprudência e princípios indica o reconhecimento de fontes formais e materiais do Direito, que atuam de maneira complementar na integração do ordenamento jurídico.

Resposta comentada:

A alternativa B é a correta, pois expressa uma compreensão mais sofisticada das fontes do Direito, reconhecendo que o ordenamento jurídico não se limita à lei, mas se estrutura a partir de uma pluralidade de fontes, como costume, jurisprudência e princípios, que atuam especialmente na integração de lacunas.

Feedback:

--

13ª QUESTÃO**Enunciado:**

Maria Antônia foi contratada como auxiliar administrativa em uma empresa de engenharia. Durante o contrato, passou a sofrer reiteradas condutas de seu superior hierárquico, que frequentemente fazia comentários de cunho sexual sobre sua aparência, além de enviar mensagens com insinuações fora do horário de trabalho. Paralelamente, Maria Antônia era constantemente exposta a situações vexatórias diante dos colegas, sendo alvo de críticas públicas desproporcionais, cobranças excessivas e isolamento deliberado de atividades relevantes. Após denunciar internamente os fatos, nenhuma providência foi adotada pela empresa. Diante disso, Maria Antônia ajuizou reclamação trabalhista pleiteando indenização por danos morais decorrentes de assédio sexual e moral. Considerando a legislação trabalhista, os princípios constitucionais e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

O assédio sexual somente se caracteriza mediante contato físico, não sendo suficientes mensagens ou manifestações verbais de cunho sexual no ambiente de trabalho.

(alternativa B) (CORRETA)

A prática reiterada de condutas humilhantes e de natureza sexual no ambiente de trabalho pode caracterizar assédio moral e sexual, ensejando indenização por danos morais e, em casos graves, a rescisão indireta do contrato de trabalho.

(alternativa C)

O assédio moral exige a comprovação de ato único de extrema gravidade, sendo irrelevante a reiteração de condutas no ambiente de trabalho.

(alternativa D)

A configuração do assédio moral depende exclusivamente da intenção do empregador, sendo irrelevantes os efeitos das condutas sobre a dignidade do trabalhador.

(alternativa E)

Por ter sido ato praticado exclusivamente por terceiro, no presente caso a empresa não pode ser responsabilizada por tais condutas abusivas.

Resposta comentada:

A questão apresenta caso concreto em que estão presentes os elementos caracterizadores do assédio moral e do assédio sexual, bem como suas consequências jurídicas.

No caso concreto, observa-se a presença de condutas reiteradas e abusivas praticadas pelo superior hierárquico: (i) assédio sexual, evidenciado por comentários de cunho sexual e envio de mensagens com insinuações, o que dispensa contato físico para sua configuração e (ii) assédio moral, caracterizado pela exposição da empregada a situações humilhantes, críticas públicas desproporcionais, isolamento funcional e cobrança excessiva.

A jurisprudência do TST é pacífica no sentido de que o assédio moral exige habitualidade, ou seja, a repetição sistemática de condutas que degradam o ambiente de trabalho e atingem a dignidade do trabalhador. Já o assédio sexual pode se manifestar por meios verbais, escritos ou gestuais, não se restringindo a contato físico e somente um ato pode caracterizar tal ato ilícito.

A omissão do empregador diante da denúncia interna reforça sua responsabilidade civil, uma vez que lhe incumbe o dever de zelar por um ambiente de trabalho saudável e seguro. Nessa linha, aplicam-se os arts. 186 e 927 do Código Civil, bem como os arts. 223-B e seguintes da CLT, que tratam do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho.

A situação também autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483, "e", da CLT, pois restou configurada conduta lesiva à honra e à dignidade da empregada por parte de preposto do empregador.

Feedback:

--

14ª QUESTÃO

Enunciado:

Tanto a agressão da Rússia à soberania da Ucrânia (2022) bem como a guerra entre Israel e Palestina sob o comando de Hamas (2023) tiveram grandes impactos para o Direito Internacional Público (DIP) e para o próprio Sistema de Governança Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Diante de tais considerações fáticas, analise as assertivas abaixo:

I. A agressão da Rússia violou o DIP, mas as atuações tanto de Israel quanto do Hamas encontram amparo no âmbito das normas internacionais segundo a ONU, razão pela qual esta guerra ainda não foi interrompida.

II. Somente com a aprovação de pelo menos nove membros do Conselho de Segurança da ONU as operações desencadeadas pela Rússia e por Israel nestes exemplos poderiam ser legitimadas.

III. Em linhas gerais, a guerra continua sendo um meio legal de solução de controvérsias no Direito Internacional, segundo a ONU, o que respalda as atuações de Israel e da Rússia.

IV. Entre os entraves à atuação da ONU nestes conflitos citam-se os vetos dados pelos EUA e Rússia, pois na composição do Conselho de Segurança as cinco potências nucleares têm o direito de veto em relação às resoluções e intervenções militares em conflitos.

Estão corretos os itens contidos APENAS em:

Alternativas:**(alternativa A)**

I e III.

(alternativa B) (CORRETA)

IV.

(alternativa C)

III e IV.

(alternativa D)

II e IV.

(alternativa E)

I.

Resposta comentada:

A Carta da ONU concede o direito de veto aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, Reino Unido, França, Rússia - como sucessora da União Soviética - e China). Este poder permite que qualquer um desses países impeça a aprovação de uma resolução substancial, mesmo que haja maioria de votos favoráveis, o que frequentemente paralisa a capacidade do Conselho de tomar medidas eficazes, incluindo intervenções militares ou sanções, em conflitos onde os interesses de um dos membros permanentes estão envolvidos.

Feedback:

--

15ª QUESTÃO

Enunciado:

As dimensões dos direitos fundamentais são construções teóricas que marcam a evolução histórica e o foco de proteção dos direitos humanos, geralmente divididas entre liberdade (1ª), igualdade (2ª) e fraternidade (3ª), apoiando-se mutuamente sem hierarquia. Elas representam o avanço de direitos individuais para sociais e coletivos. A respeito do tema, analise as assertivas abaixo:

I. Historicamente vinculados ao final do século XVIII (Revoluções Francesa e Americana), os direitos de primeira dimensão estabelecem direitos civis e políticos.

PORQUE

II. Os direitos de primeira dimensão são chamados assim por terem sido os primeiros a serem reconhecidos e positivados nas constituições, focando na liberdade individual e na proteção do cidadão contra o Estado.

A respeito das assertivas e da relação entre elas, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa B)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(alternativa C)

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

(alternativa D)

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Resposta comentada:

As dimensões dos direitos fundamentais são construções teóricas que marcam a evolução histórica e o foco de proteção dos direitos humanos, geralmente divididas entre liberdade (1ª), igualdade (2ª) e fraternidade (3ª), apoiando-se mutuamente sem hierarquia. Elas representam o avanço de direitos individuais para sociais e coletivos.

- **Primeira Dimensão (Liberdade):** Direitos civis e políticos clássicos (ex: vida, propriedade, liberdade de expressão). Focam na abstenção do Estado ("liberdades negativas") para proteger o indivíduo. Conquista no final do século XVIII com as chamadas revoluções liberais.
- **Segunda Dimensão (Igualdade):** Direitos econômicos, sociais e culturais (ex: educação, saúde, trabalho). Exigem atuação positiva do Estado ("liberdades positivas") para garantir igualdade material.
- **Terceira Dimensão (Fraternidade/Solidariedade):** Direitos difusos e coletivos (ex: meio ambiente equilibrado, consumidor). Protegem interesses de grupos ou da humanidade como um todo.

Feedback:

--

16ª QUESTÃO

Enunciado:

Observe a seguinte situação, relativa ao tema das competências dos entes federativos: a Lei Estadual n. 19.198, de 26/10/2017, do Estado do Paraná, dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação, pelas empresas operadoras de cartões de crédito e débito, de máquinas adaptadas para pessoas com deficiência visual. A partir desta informação, é possível afirmar que:

I. Esta lei é inconstitucional.

II. Uma lei sobre esta matéria é de competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal.

III. Embora caiba à União legislar de forma geral sobre a matéria, os Estados podem criar leis para preencher lacunas ou adaptar regras gerais à realidade local.

Estão corretas as assertivas contidas APENAS em:

Alternativas:**(alternativa A)**

I e III.

(alternativa B)

II.

(alternativa C)

III.

(alternativa D) (CORRETA)

II e III.

(alternativa E)

I e II.

Resposta comentada:

Competência concorrente para tratar de temas relativos ao direito do consumidor e redução de desigualdades. O § 2º do art. 24 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a competência da União para legislar sobre normas gerais (em matérias concorrentes) não exclui a competência suplementar dos Estados. Isso significa que os Estados podem criar leis para preencher lacunas ou adaptar regras gerais à realidade local.

Feedback:

--

17ª QUESTÃO

Enunciado:

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) fundamenta-se no critério da capacidade contributiva e tem seu fato gerador definido pelo Art. 43 do Código Tributário Nacional (CTN). A compreensão sobre a "disponibilidade" é essencial para determinar o momento da tributação.

Considere as afirmações a seguir sobre o regime de incidência e os conceitos de renda:

I. O conceito de "proventos de qualquer natureza" é uma cláusula residual que abrange acréscimos patrimoniais que não decorrem diretamente do capital ou do trabalho, como, por exemplo, prêmios de loteria ou indenizações que excedam a recomposição do patrimônio.

II. Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o simples crédito contábil de juros, sem que o beneficiário possa deles dispor livremente, já caracteriza a disponibilidade econômica para fins de incidência imediata do IR.

III. A disponibilidade jurídica pressupõe que o contribuinte já possua um título de direito que lhe permita exigir o rendimento, mesmo que o numerário ainda não tenha ingressado fisicamente em seu caixa (regime de competência).

É correto o que se afirma em:

Alternativas:**(alternativa A)**

I, II e III.

(alternativa B)

III, apenas.

(alternativa C) (CORRETA)

I e III, apenas.

(alternativa D)

I e II, apenas.

(alternativa E)

II e III, apenas.

Resposta comentada:

Item I (Correto): Define corretamente os proventos de qualquer natureza conforme o CTN, abrangendo acréscimos patrimoniais não classificados estritamente como produto do capital ou trabalho.

Item II (Incorreto): Para haver disponibilidade econômica ou jurídica, é necessário que o contribuinte tenha o poder de dispor do valor. O simples lançamento contábil sem disponibilidade fática ou direito de saque não autoriza a tributação imediata, sob pena de tributar uma renda fictícia.

Item III (Correto): A disponibilidade jurídica ocorre quando o indivíduo adquire o direito de receber o valor (título jurídico), independentemente do recebimento em dinheiro (disponibilidade econômica).

Feedback:

--

18ª QUESTÃO

Enunciado:

O direito à moradia foi implantado como pressuposto para dignidade da pessoa humana desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo recepcionado em nossa Constituição Federal de 1988, em razão da Emenda Constitucional 26/00, em seu artigo 6º, como sendo um direito social. Entretanto, o assentamento informal é uma realidade em bairros periféricos de várias cidades, inclusive na Cidade de Teresópolis. A boa execução da Política urbana depende da atuação conjunta dos diferentes entes federativos. A Lei nº 13.465/2017 instituiu normas e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb). A Regularização Fundiária é um processo de intervenção pública que objetiva legalizar a permanência da população que reside em áreas ocupadas em desconformidade com a lei, das quais podemos destacar os loteamentos clandestinos e os irregulares. Considere as afirmativas abaixo sobre a regularização fundiária urbana:

I- A regularização fundiária tem como objetivo assegurar o direito social à moradia e promover a função social da propriedade.

II- A REURB-S destina-se à população de baixa renda, enquanto a REURB-E aplica-se aos demais casos.

III- A regularização fundiária limita-se a medidas jurídicas, não abrangendo aspectos urbanísticos ou ambientais.

IV - A titulação conferida na regularização fundiária gera efeitos jurídicos relevantes, como segurança da posse e possibilidade de registro.

Assinale a alternativa correta:**Alternativas:****(alternativa A)**

Apenas II e III estão corretas.

(alternativa B)

Apenas I, III e IV estão corretas.

(alternativa C) (CORRETA)

Apenas I, II e IV estão corretas.

(alternativa D)

Apenas I e II estão corretas.

(alternativa E)

Apenas I e III estão corretas.

Resposta comentada:

I) Correta: vincula-se ao direito fundamental à moradia e à função social.

II) Correta: distinção clássica entre REURB-S e REURB-E.

III) Incorreta: envolve dimensões jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais.

IV) Correta: a titulação produz efeitos relevantes, inclusive registrários.

Fonte: TARTUCE, Flávio. **Direito civil**, V.4: direito das coisas. 15 ed. rev; atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2023

Feedback:

--

19ª QUESTÃO

Enunciado:

Em reclamação trabalhista ajuizada por Roberto em face da empresa TERE BOX Ltda., foi proferida sentença condenando a empresa ao pagamento de verbas trabalhistas. Após regular liquidação com manifestação de ambas as partes, os cálculos foram homologados pelo juízo. Regularmente intimada, a empresa não efetuou o pagamento, sendo realizada penhora de valores via SISBAJUD, com a consequente garantia integral da execução no valor de R\$14.655,21. Após a constrição judicial, a executada apresentou petição intitulada “impugnação aos cálculos”, reiterando alegações sobre excesso de execução e erro nos índices de correção monetária. O juízo deixou de conhecer da medida, sob o fundamento de inadequação da via processual. À luz da CLT e da sistemática da execução trabalhista,

Alternativas:**(alternativa A)**

a executada pode, a qualquer tempo, discutir o excesso de execução por simples petição, ainda que já garantido o juízo, considerando que é matéria de ordem pública.

(alternativa B)

o prazo para apresentação dos embargos à execução é de 15 dias.

(alternativa C) (CORRETA)

após a garantia do juízo, a medida adequada pela executada para impugnar a execução é a oposição de embargos à execução, nos termos da CLT.

(alternativa D)

os embargos à execução somente são cabíveis antes da penhora, sendo desnecessária a garantia do juízo para sua oposição, considerando a aplicação subsidiária do CPC.

(alternativa E)

a impugnação aos cálculos é o meio adequado para a executada discutir matérias relativas à execução, independentemente de garantia do juízo.

Resposta comentada:

Na execução trabalhista, a impugnação aos cálculos é própria da fase de liquidação, conforme art. 879, §2º, da CLT. Após a garantia do juízo, como ocorreu no caso em análise, a via adequada para discutir matérias como excesso de execução é a oposição de embargos à execução, no prazo de 5 dias após a garantia do Juízo, conforme art. 884 da CLT. No caso concreto, a executada utilizou meio processual inadequado ao apresentar mera “impugnação”, razão pela qual o juízo corretamente deixou de conhecê-la.

Feedback:

--

20ª QUESTÃO**Enunciado:**

O Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, lançou um programa de incentivo à instalação de indústrias de energia renovável em determinada região economicamente vulnerável, concedendo benefícios fiscais e linhas de crédito subsidiadas. Entretanto, estudos técnicos apontaram que a implantação dessas indústrias poderá gerar impactos ambientais relevantes, especialmente sobre ecossistemas locais sensíveis. Diante disso, o órgão ambiental competente condicionou a concessão das licenças à adoção de medidas mitigadoras rigorosas, bem como à realização de EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). Uma das empresas interessadas em aderir ao programa questiona tais exigências, alegando que comprometem o desenvolvimento econômico e violam o princípio da livre iniciativa. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

A exigência de EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) é facultativa, podendo ser dispensada quando houver interesse econômico relevante reconhecido pelo Poder Executivo, como ocorre no presente caso.

(alternativa B)

A ordem econômica e a proteção ambiental são esferas independentes, não havendo previsão constitucional de integração entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, sob pena de prejudicar o desenvolvimento do País.

(alternativa C)

O desenvolvimento econômico, por ser fundamento da ordem econômica, prevalece sobre a proteção ambiental, sendo indevida a imposição de condicionantes ambientais.

(alternativa D) (CORRETA)

A Constituição consagra a compatibilização entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, admitindo a atividade econômica desde que observados princípios como a defesa do meio ambiente e a sustentabilidade.

(alternativa E)

A proteção ao meio ambiente constitui princípio absoluto, devendo sempre prevalecer sobre qualquer atividade econômica, independentemente de análise de proporcionalidade.

Resposta comentada:

A alternativa correta reflete a lógica constitucional de integração entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, característica do modelo brasileiro de ordem econômica. O art. 170 da Constituição Federal estabelece que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, devendo observar, entre outros, o princípio da defesa do meio ambiente. Isso evidencia que a atividade econômica não pode ser exercida de forma dissociada da proteção ambiental.

Por sua vez, o art. 225 da CF/88 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse contexto, instrumentos como o EIA/RIMA são mecanismos constitucionais de prevenção e concretização do princípio do desenvolvimento sustentável.

A exigência de medidas mitigadoras e estudos de impacto não configura violação à livre iniciativa, mas sim expressão do dever de compatibilização entre crescimento econômico e preservação ambiental, mediante critérios de proporcionalidade, prevenção e precaução. Nossa Constituição de 1988 adota um modelo de desenvolvimento sustentável, no qual crescimento econômico e proteção ambiental devem coexistir de forma equilibrada.

Feedback:

--

21ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o trecho abaixo:

"As instituições sociais devem ser compreendidas a partir do papel que desempenham na satisfação das necessidades humanas e na manutenção da organização social. Nesse sentido, práticas culturais, normas e crenças não são elementos isolados, mas partes interdependentes de um sistema que contribui para a estabilidade e a coesão do grupo". (Fonte: Adaptado de: Bronisław Malinowski. *Argonauts of the Western Pacific*. Londres: Routledge, 1922).

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

O trecho descreve o Pós-estruturalismo, ao destacar a instabilidade dos significados culturais.

(alternativa B)

O trecho descreve o Culturalismo, ao enfatizar a singularidade histórica de cada sociedade.

(alternativa C)

O trecho descreve o Estruturalismo, ao enfatizar a existência de estruturas mentais inconscientes universais.

(alternativa D)

O trecho descreve o Evolucionismo, ao propor que as sociedades seguem estágios universais de desenvolvimento.

(alternativa E) (CORRETA)

O trecho descreve o Funcionalismo, ao interpretar os elementos culturais a partir das funções que exercem no sistema social.

Resposta comentada:

O texto expressa com clareza os fundamentos do Funcionalismo, especialmente na formulação de Malinowski, segundo a qual os elementos culturais devem ser analisados em termos das funções que desempenham na satisfação das necessidades humanas e na manutenção da coesão social. A cultura é vista como um sistema integrado, no qual cada parte possui uma função específica.

Feedback:

--

22ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia a situação a seguir:

Uma universidade pública brasileira passou a adotar o sistema de cotas raciais em seus processos seletivos. Durante uma audiência pública, um dos participantes afirmou: "As cotas não são privilégios, mas instrumentos de justiça social, pois buscam corrigir desigualdades históricas que impediram determinados grupos de acessar o ensino superior em condições de igualdade." Com base na situação apresentada e nos debates sobre democratização e controle social, analise as afirmativas a seguir:

I. A política de cotas pode ser compreendida como mecanismo de promoção da igualdade material.

II. A implementação de cotas está relacionada à ampliação do acesso a direitos fundamentais em sociedades marcadas por desigualdades estruturais.

III. A defesa das cotas necessariamente implica a rejeição do princípio da igualdade previsto na Constituição.

IV. A audiência pública mencionada representa um instrumento de participação e controle social no processo democrático.

Agora, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Apenas I, II e IV estão corretas.

(alternativa B)

Apenas I e II estão corretas.

(alternativa C)

Todas estão corretas

(alternativa D)

Apenas II e III estão corretas.

(alternativa E)

Apenas I, III e IV estão corretas.

Resposta comentada:

As afirmativas I, II e IV estão corretas. As cotas são compreendidas como instrumentos de igualdade material, voltadas à correção de desigualdades históricas. Além disso, a audiência pública é um exemplo clássico de controle social e participação democrática. A afirmativa III está incorreta, pois as ações afirmativas não rejeitam a igualdade, mas a reinterpretam em sua dimensão material, já reconhecida pela jurisprudência do STF.

Feedback:

--

23ª QUESTÃO**Enunciado:**

O Congresso Nacional, diante de uma crise no setor de combustíveis, causada pela Guerra entre Irã e EUA, edita lei federal determinando o tabelamento temporário dos preços da gasolina e do diesel, incluindo os prazos e percentuais de reajuste para os próximos 180 dias, com o objetivo de conter a inflação e garantir o abastecimento nacional. Além disso, a mesma Lei cria um programa de subsídios para pequenas distribuidoras e estabelece fiscalização rigorosa com aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento. Diante desse cenário, o sindicato que representa as distribuidoras questiona a constitucionalidade da medida, alegando violação ao princípio da livre iniciativa. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

A Constituição permite a intervenção do Estado apenas como agente econômico direto, sendo vedada sua atuação como agente normativo e regulador.

(alternativa B) (CORRETA)

A intervenção estatal no domínio econômico é admitida de forma excepcional, sendo legítima quando fundamentada na defesa de princípios da ordem econômica, como a função social e a redução das desigualdades.

(alternativa C)

A atuação estatal nesse caso é inconstitucional, pois o tabelamento de preços somente pode ocorrer mediante autorização do Congresso Nacional por meio de emenda constitucional.

(alternativa D)

A criação de subsídios a empresas privadas é vedada, pois configura privilégio econômico incompatível com a ordem constitucional, provocando concorrência desleal.

(alternativa E)

A intervenção estatal no domínio econômico é vedada, pois a Constituição consagra a livre iniciativa como princípio da ordem econômica.

Resposta comentada:

A Constituição da República de 1988 adota um modelo de ordem econômica mista, no qual a livre iniciativa constitui fundamento relevante (art. 170), mas não possui caráter absoluto. Tal papel deve ser compatível com outros valores constitucionais igualmente relevantes, como a função social da propriedade, a defesa do consumidor, a livre concorrência e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Nesse contexto, a intervenção do Estado no domínio econômico é expressamente admitida pela Constituição, especialmente quando orientada à concretização desses princípios. O art. 174 da CF/88 qualifica o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, atribuindo-lhe competências de fiscalização, incentivo e planejamento, o que legitima medidas como o tabelamento temporário de preços, a concessão de subsídios e a imposição de sanções administrativas, desde que pautadas no interesse público.

No caso apresentado, a atuação estatal visa conter a inflação e assegurar o abastecimento, sendo hipótese de intervenção indireta do Estado, por meio de regulação e indução econômica, plenamente compatível com o texto constitucional. Apesar de juridicamente ser possível o questionamento acerca da constitucionalidade da referida Lei, é possível a adoção de tais medidas visando a proteção do consumidor.

Feedback:

--

24ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia a situação a seguir:

Um pesquisador investiga como fatores psicológicos influenciam o comportamento de magistrados na tomada de decisões, analisando elementos como vieses cognitivos, percepção de risco e construção de juízos de valor.

Com base na situação apresentada, analise as assertivas a seguir:

I. A situação descrita corresponde à psicologia *do direito*, pois busca compreender o fenômeno jurídico a partir de processos psicológicos.

PORQUE

II. A psicologia *do direito* tem como objeto o estudo do comportamento humano relacionado ao direito, incluindo a forma como indivíduos percebem, interpretam e aplicam normas jurídicas.

Agora, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

As assertivas I e II são falsas.

(alternativa B) (CORRETA)

As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

(alternativa C)

As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

(alternativa D)

A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.

(alternativa E)

A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

Resposta comentada:

A assertiva I está correta, pois a situação envolve a análise do comportamento de agentes jurídicos (magistrados) a partir de fatores psicológicos — núcleo da psicologia do direito, que busca compreender o fenômeno jurídico como fenômeno humano. A assertiva II também está correta e justifica a I, ao descrever precisamente o campo da psicologia do direito: o estudo das relações entre comportamento humano e normas jurídicas.

Feedback:

--

25ª QUESTÃO**Enunciado:**

Jairo, insatisfeito com o término do relacionamento amoroso com Jessica, decide segui-la de forma clandestina, levando Jessica a se isolar em sua casa visando evitar qualquer aproximação. No entanto, Jairo passa a criar perfis fakes no Instagram para fazer contato com Jéssica. Mesmo a vítima bloqueando os perfis, ele mais uma vez criava outros e seguia importunando-a. Frente aos fatos narrados, que delito poderia ser aplicado ao agressor?

Alternativas:**(alternativa A)**

Ameaça majorada, por ser contra mulher por razões de condição do sexo feminino, podendo ser aplicada como medidas protetivas, por exemplo, a proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso a plataformas digitais.

(alternativa B)

Cyberbullying, podendo ser aplicada como medidas protetivas, por exemplo, a proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso às plataformas digitais.

(alternativa C)

Constrangimento ilegal, podendo ser aplicada como medidas protetivas, por exemplo, a proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso às plataformas digitais.

(alternativa D) (CORRETA)

Perseguição majorada por ser contra mulher por razões de condição do sexo feminino, podendo ser aplicadas como medidas protetivas, por exemplo, a proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso às plataformas digitais.

(alternativa E)

Violência psicológica por ter utilizado as redes sociais, podendo ser aplicada como medidas protetivas, por exemplo, a proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso às plataformas digitais.

Resposta comentada:

O artigo 147-A prevê o crime de perseguição, e seu parágrafo primeiro estabelece majoração de metade da pena quando ocorre contra mulher por razões de condição do sexo feminino. A perseguição se deu através da rede de computadores/rede social e nestes casos comporta sim medida protetiva da Lei Maria da Penha que protejam a vítima no ambiente digital, como é o caso da proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso às plataformas digitais.

Perseguição

Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

§1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

I – contra criança, adolescente ou idoso; (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código; (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

III – mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

§ 2º As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

§ 3º Somente se procede mediante representação. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

Feedback:

O artigo 147-A prevê o crime de perseguição, e seu parágrafo primeiro estabelece majoração de metade da pena quando ocorre contra mulher por razões de condição do sexo feminino. A perseguição se deu através da rede de computadores/rede social e nestes casos comporta sim medida protetiva da Lei Maria da Penha que protejam a vítima no ambiente digital, como é o caso da proibição do agressor contatar a vítima (mensagens, redes sociais), proibição de criar contas e bloqueio de acesso às plataformas digitais.

Perseguição

Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

§1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

I – contra criança, adolescente ou idoso; (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código; (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

III – mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

§ 2º As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

§ 3º Somente se procede mediante representação. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021)

26ª QUESTÃO**Enunciado:**

Durante o processamento de uma recuperação judicial, a sociedade empresária Alfa S.A. teve seu plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado pelo juízo, iniciando-se o período de fiscalização judicial previsto na legislação. Após um ano da concessão da recuperação judicial, o credor Xisto informa ao juízo que determinada obrigação vencida nesse período não foi cumprida. Intimada, a devedora alega que já realizou o pagamento, embora não tenha apresentado prova suficiente. Dois anos e seis meses após a concessão da recuperação judicial, o juiz analisa o caso e constata que a obrigação realmente não foi satisfeita no período de fiscalização.

À luz da Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

A decretação de falência depende de novo inadimplemento ocorrido após o período de fiscalização judicial.

(alternativa B)

O juiz possui discricionariedade para decidir entre manter a recuperação ou decretar a falência, mesmo diante do inadimplemento comprovado.

(alternativa C)

Não é possível a convalidação da recuperação judicial em falência, pois já se encerrou o período de dois anos de fiscalização judicial.

(alternativa D) (CORRETA)

Verificado o descumprimento de obrigação vencida durante o período de fiscalização, o juiz deverá decretar a falência, ainda que a apuração ocorra após os dois anos.

(alternativa E)

A falência somente poderá ser decretada se o descumprimento tiver sido reconhecido judicialmente dentro do período de dois anos.

Resposta comentada:

A alternativa correta reflete fielmente o regime jurídico da recuperação judicial. Durante o período de fiscalização judicial (até dois anos após a concessão da recuperação, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/2005), o descumprimento de qualquer obrigação vencida nesse intervalo **impõe** a convalidação da recuperação em falência.

Trata-se de **norma imperativa**, ou seja, não há margem de discricionariedade para o juiz. Além disso, conforme o texto base, **não é necessário que a verificação do descumprimento ocorra dentro do biênio**: basta que a obrigação inadimplida tenha vencido durante esse período. Assim, mesmo que a constatação judicial se dê posteriormente, permanece possível (e obrigatória) a decretação da falência.

As demais alternativas estão incorretas porque:

- equivocam-se ao exigir que a apuração ocorra dentro do período de dois anos.
- cria requisito inexistente na lei.
- ignora o caráter vinculante da norma, que não confere liberdade ao juiz diante do inadimplemento comprovado.

Feedback:

--

27ª QUESTÃO

Enunciado:

A expressão "acesso à Justiça" é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema por meio do qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e (ou) resolver seus litígios, sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. Sem dúvida, uma premissa básica será a de que a justiça social, tal como desejada por nossas sociedades modernas, pressupõe o acesso efetivo. O acesso não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. Acesso à Justiça. Trad. de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988, p. 8-13 (adaptado). Considerando o acesso à Justiça como um dos temas relevantes da processualística contemporânea, bem como a repercussão, no ordenamento jurídico brasileiro, do movimento de acesso à Justiça iniciado por Cappelletti e Garth, no sentido de superação dos obstáculos para a efetiva prestação da tutela jurisdicional.

Considerando a teoria das três ondas do Acesso à Justiça, analise as assertivas:

I-A adoção de precedentes obrigatórios e técnicas de gestão de demandas repetitivas insere-se na terceira onda, voltada à eficiência e racionalização do sistema.

II-A atuação das associações civis na propositura de ações coletivas corresponde à primeira onda.

III-A assistência prestada pela Defensoria Pública caracteriza a terceira onda, por envolver atuação institucional do Estado.

IV-A mediação e outros meios adequados de solução de conflitos são instrumentos típicos da terceira onda.

Estão corretas somente:

Alternativas:**(alternativa A)**

II e IV

(alternativa B)

I e II

(alternativa C)

III e IV

(alternativa D) (CORRETA)

I e IV

(alternativa E)

II e III

Resposta comentada:

De acordo com a **primeira onda**, foi verificada a necessidade de proteção aos economicamente hipossuficientes, tendo em vista que de nada adianta ter acesso ao judiciário se a parte não possui condições financeiras de arcar com os custos financeiros de um processo e advogados. Portanto, você pode perceber que a possibilidade de gratuidade de justiça, prevista na Constituição Federal e no CPC de 2015, bem como a assistência judiciária gratuita, prestada por exemplo pela defensoria pública, existem em prol desse primeiro momento do movimento.

Depois da reformulação dos serviços de assistência judiciária, o movimento enfrentou um outro obstáculo, em razão do surgimento de novos direitos. A **segunda onda** buscou a criação de instrumentos para a tutela coletiva de direitos, isto é, a proteção de interesses coletivos (pertencentes a um grupo, categoria ou classe de pessoas), difusos (pertencentes a toda sociedade) e individuais homogêneos (pertencentes a vários indivíduos que sofreram um dano comum), direitos novíssimos e que ficariam desprotegidos diante da ausência de aparato procedimental que os tutelassem.

Tendo em vista que os mecanismos citados nas ondas anteriores ainda seriam insuficientes ao efetivo acesso à justiça, foi criada a **terceira onda** de acesso à justiça, que ainda nos encontramos nela. A terceira onda tem buscado a superação do chamado “obstáculo processual”, ou seja, visa um processo e procedimento menos formais.

É em razão desse momento que o CPC foi reformado em 2015, com o intuito de viabilizar um processo mais efetivo e com duração mais razoável, pois de nada adianta ter acesso ao judiciário se esse processo irá demorar mais do que o necessário. Ainda em razão da terceira onda, foram criados os Juizados especiais, com competência para julgar causas de menor complexidade no âmbito cível e crimes de menor potencial ofensivo no criminal, criação de julgamentos a partir de precedentes, incidente de resolução de demandas repetitivas. Por fim, essa onda ainda acarretou um resgate dos meios alternativos para composição das controvérsias.

Feedback:

--

28ª QUESTÃO**Enunciado:**

Mévio é acometido de doença grave e necessita realizar uma cirurgia emergencial, conforme recomendação médica. Sendo segurado de uma operadora de saúde, intenta dar entrada em hospital credenciado para realizar o procedimento, porém o atendimento é negado diante da recusa do plano de saúde. Mévio, irresignado, terá de propor uma demanda judicial para resguardar o seu direito à vida. Sobre o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta acerca do regime da tutela provisória no CPC:

Alternativas:**(alternativa A)**

Mévio deverá pleitar uma medida urgente na modalidade “tutela cautelar”, dado o seu caráter assecuratório e não satisfativo;

(alternativa B) (CORRETA)

Mévio deverá pleitear uma medida urgente na modalidade “tutela antecipada”, dado o seu caráter satisfativo;

(alternativa C)

Mévio deverá pleitar uma medida urgente na modalidade “tutela de evidência”, cujos requisitos para concessão são equiparados à tutela urgente;

(alternativa D)

Mévio deverá pleitear uma medida urgente na modalidade “tutela antecipada”, a qual só poderá ser concedida de forma incidental.

(alternativa E)

Mévio deverá pleitear uma medida urgente na modalidade “tutela antecipada”, que prescinde da comprovação do *fumus boni iuris*;

Resposta comentada:

A medida a ser requerida é de tutela antecipada, dado o seu caráter satisfativo, a qual poderá ser postulada de forma antecedente ou incidental, nos termos do art. 294, parágrafo único, do CPC.

Feedback:

--

29ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o trecho a seguir:

No Direito Internacional Público, diversos sujeitos podem ser identificados, embora nem todos possuam o mesmo grau de capacidade jurídica internacional. Enquanto alguns exercem soberania plena, outros possuem competências limitadas ou derivadas.

Com base no trecho e nos elementos constitutivos do Estado, analise as afirmativas a seguir:

I. O Estado é considerado sujeito originário de Direito Internacional Público, em razão de sua soberania.

II. Organizações internacionais são sujeitos derivados, com personalidade jurídica internacional limitada às suas finalidades.

III. A ausência de território impede, em qualquer hipótese, o reconhecimento de personalidade jurídica internacional.

IV. A soberania é elemento essencial para distinguir o Estado de outros sujeitos internacionais.

Assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

Todas estão corretas.

(alternativa B)

Apenas I e II estão corretas.

(alternativa C)

Apenas II e III estão corretas.

(alternativa D) (CORRETA)

Apenas I, II e IV estão corretas.

(alternativa E)

Apenas I, III e IV estão corretas.

Resposta comentada:

A afirmativa I está correta, pois o Estado é o sujeito originário do Direito Internacional.

A afirmativa II está correta, pois organizações internacionais possuem personalidade jurídica derivada e limitada.

A afirmativa III está incorreta, pois existem sujeitos de Direito Internacional (como organizações internacionais) que não possuem território.

A afirmativa IV está correta, pois a soberania é elemento distintivo do Estado.

Feedback:

--

30ª QUESTÃO

Enunciado:**Texto 1.****“Brasil registra 15 estupros coletivos por dia entre 2022 e 2025, segundo dados do Ministério da Saúde**

Casos recentes de estupros coletivos contra adolescentes que chocaram o Brasil nos últimos dias expõem uma realidade que especialistas descrevem como persistente, mas, na maioria das vezes, invisível. O estupro coletivo, ou seja, quando duas ou mais pessoas participam da agressão sexual, não é um evento isolado no país. Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) indicam que, de 2022 a 2025, foram registrados 22.800 casos de estupro coletivo no Brasil, ou seja, mais de 15 casos por dia.

FONTE: MACHADO, Simone. Brasil registra 15 estupros coletivos por dia entre 2022 e 2025, segundo dados do Ministério da Saúde. **G1**, 16 mar. 2026. Disponível em <https://g1.globo.com/saude/noticia/2026/03/16/brasil-registra-15-estupros-coletivos-por-dia-entre-2022-e-2025.ghtml>. Acesso em 20 de mar. 2026)

Texto 2

O relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (2025) aposta que 37,5% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência ou agressão e que 10,7% sofreram ofensas sexuais. A pesquisa aponta ainda que 40,8% receberam cantadas e comentários desrespeitosos quando andava na rua. Já 15,3% foram assediadas fisicamente em transporte público como ônibus ou metrô. 9,0% foram agarradas/beijadas sem consentimento. 11,3% foram abordadas de maneira agressiva durante uma festa. 20,5% receberam cantadas e comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho.

FONTE: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 5ª Edição, Brasília, 6 mar. 2025. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf?v=13-03>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Considerando o grave quadro de violência sexual contra mulheres no Brasil, analise as assertivas abaixo sobre a temática.

I. O crime de estupro é qualificado pela idade quando o agente com emprego de ameaça ou violência constrange pessoa de menor 14 anos de idade.

II. Tanto o estupro, como o estupro de vulnerável, poderão ter a pena majorada se ocorrer de forma coletiva, ou seja, em concurso de duas ou mais pessoas.

III. O padrasto de uma jovem lésbica a estuprou justificando que o ato ocorreu para ela “aprender a ser mulher”. Essa circunstância não interfere em nada o cálculo da pena, ou seja, não constitui circunstância agravante, nem mesmo causa de aumento de pena ou forma qualificada.

IV. O crime de estupro sofreu alteração em 2009, e a partir da nova descrição do tipo penal o STJ decidiu no sentido de ser crime único no caso de o agente realizar mais de um ato libidinoso contra a vítima no mesmo contexto.

É correto o que se afirma

Alternativas:**(alternativa A)**

apenas nas assertivas II, III e IV

(alternativa B) (CORRETA)

apenas nas assertivas II e IV

(alternativa C)

apenas nas assertivas I e II

(alternativa D)

apenas nas assertivas I e III

(alternativa E)

apenas nas assertivas I, III e IV

Resposta comentada:

A assertivas II está correta, pois trata-se da majorante do estupro coletivo prevista no art. 226, VI, a do Código Penal. A assertiva IV está correta, firmando o STJ a tese de crime único, tendo em vista ser o crime de conteúdo variado. A assertiva I está incorreta, pois seria o caso de estupro de vulnerável quando a vítima é menor de 14 anos. A assertiva III está incorreta, pois trata-se de estupro corretivo que constitui um majorante de pena, conforme o art. 226, VI, b do Código Penal.

Feedback:

A assertivas II está correta, pois trata-se da majorante do estupro coletivo prevista no art. 226, VI, a do Código Penal. A assertiva IV está correta, firmando o STJ a tese de crime único, tendo em vista ser o crime de conteúdo variado. A assertiva I está incorreta, pois seria o caso de estupro de vulnerável quando a vítima é menor de 14 anos. A assertiva III está incorreta, pois trata-se de estupro corretivo que constitui um majorante de pena, conforme o art. 226, VI, b do Código Penal.

31ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia o texto a seguir:

"A experiência jurídica não se esgota na simples existência de comandos normativos formalmente válidos. O Direito, enquanto realidade cultural, constitui-se a partir da correlação entre acontecimentos da vida social, juízos de valor e processos de normatização. Assim, não basta a ocorrência de um fato para que dele decorra, automaticamente, uma consequência jurídica, nem é suficiente a formulação abstrata de uma norma sem vínculo com a realidade histórica e axiológica em que se insere. O fenômeno jurídico, nessa perspectiva, revela-se como uma unidade concreta, resultante da integração entre múltiplas dimensões". **(Fonte: Adaptado de: REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2023)**

Com base no texto e na Teoria Tridimensional do Direito, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

O texto pressupõe que a norma jurídica, uma vez editada, rompe seu vínculo com a realidade social, passando a existir como categoria autônoma e autossuficiente.

(alternativa B)

O texto sustenta que o Direito deve ser compreendido como uma ordem exclusivamente normativa, cuja validade decorre de sua estrutura formal, independentemente de conteúdos sociais ou valorativos.

(alternativa C)

O texto afirma que os fatos sociais produzem efeitos jurídicos de maneira imediata e automática, sendo a norma mera reprodução do que ocorre na vida concreta.

(alternativa D) (CORRETA)

O texto indica que o Direito se constitui pela integração entre fato, valor e norma, rejeitando explicações reducionistas que privilegiem apenas uma dessas dimensões.

(alternativa E)

O texto defende que a dimensão valorativa possui caráter secundário, pois sua função limita-se a justificar normas já positivadas pelo Estado.

Resposta comentada:

A alternativa C é a correta porque traduz com precisão a proposta de Miguel Reale: o Direito não pode ser reduzido nem ao fato, nem ao valor, nem à norma, sendo resultado da integração dessas três dimensões. O texto insiste justamente na crítica aos reducionismos teóricos.

Feedback:

--

32ª QUESTÃO**Enunciado:**

Leia a afirmação a seguir:

Nos Estados compostos, a organização do poder político não se concentra em uma única entidade estatal, sendo distribuída entre diferentes entes que compõem a estrutura do Estado.

Com base nessa afirmação, analise as assertivas a seguir:

I. A descentralização política é uma característica fundamental dos Estados compostos.

PORQUE

II. Nos Estados compostos, há a repartição de competências entre os entes que integram o Estado, geralmente estabelecida pela Constituição.

Assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

(alternativa B) (CORRETA)

As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

(alternativa C)

As assertivas I e II são falsas.

(alternativa D)

A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.

(alternativa E)

A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

Resposta comentada:

A assertiva I está correta, pois a descentralização política é elemento central dos Estados compostos. A assertiva II também está correta e justifica a I, já que essa descentralização se concretiza por meio da repartição constitucional de competências entre os entes.

Feedback:

--

33ª QUESTÃO**Enunciado:**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, reconhece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, qualificando-o como um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Considerando este preceito constitucional, analise as alternativas abaixo:

I. O meio ambiente é considerado um direito difuso.

II. A proteção ambiental compete exclusivamente à União.

III. A responsabilidade por danos ambientais é, em regra, objetiva.

IV. O meio ambiente não é passível de tutela judicial por meio de ação popular.

Estão corretas as assertivas contidas APENAS em:

Alternativas:**(alternativa A)**

II e III.

(alternativa B)

I e IV.

(alternativa C)

II, III e IV.

(alternativa D) (CORRETA)

I e III.

(alternativa E)

I, II e III.

Resposta comentada:

O poder público e a coletividade têm o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A proteção ambiental compete a todos os entes federativos. A responsabilidade por dano ambiental é, em regra, objetiva. O meio ambiente é passível de tutela judicial por meio da ação civil pública e ação popular, por exemplo. O meio ambiente é direito de 3ª dimensão, sendo um direito difuso e transindividual.

Feedback:

--

34ª QUESTÃO**Enunciado:**

Buscando instrumentos para preservar a Constituição e evitar crises institucionais que ponham em cheque a ordem jurídica vigente, criou-se o instrumento do controle de constitucionalidade. Este pode ser classificado como difuso ou concentrado, e as diferenças entre ambos residem principalmente no âmbito da competência para julgamento e abrangência. Sobre o controle difuso de constitucionalidade brasileiro, é possível afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A)**

Havendo a declaração da inconstitucionalidade, a norma será revogada, saindo do ordenamento jurídico.

(alternativa B)

A decisão terá efeitos *erga omnes* e vinculantes.

(alternativa C)

Apenas o Supremo Tribunal Federal poderá realizar o controle de constitucionalidade.

(alternativa D)

As discussões sobre a constitucionalidade da norma se dão mediante a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

(alternativa E) (CORRETA)

Qualquer tribunal, em instância inferior ou superior, poderá realizar o controle de constitucionalidade.

Resposta comentada:

O controle difuso e o concentrado diferem principalmente na competência e abrangência: o **difuso** permite que qualquer juiz/tribunal afaste a norma inconstitucional em um caso concreto (efeito entre as partes - *inter partes*), enquanto o **concentrado** é feito por tribunal específico (ex: STF) abstratamente (efeito para todos - *erga omnes*). No controle difuso, a norma não é revogada, apenas será afastada naquele caso concreto. Pode ser realizado em meio a qualquer ação judicial.

Feedback:

--

35ª QUESTÃO**Enunciado:**

No Direito Tributário, a distinção entre a norma abstrata e o acontecimento concreto é fundamental para a compreensão do nascimento da obrigação tributária. A doutrina clássica, liderada por nomes como Geraldo Ataliba, diferencia a Hipótese de Incidência (aspecto teórico) do Fato Gerador (aspecto fático).

Considerando a relação jurídica tributária, assinale a opção correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

A lei pode estabelecer um fato gerador sem que exista uma hipótese de incidência previa no ordenamento jurídico.

(alternativa B) (CORRETA)

A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tendo por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

(alternativa C)

A hipótese de incidência é a situação de fato, ocorrida no mundo real, que faz nascer a obrigação tributária.

(alternativa D)

O fato gerador possui natureza meramente interpretativa, não sendo capaz de criar liame obrigacional entre o sujeito passivo e o fisco.

(alternativa E)

O fato gerador é a descrição genérica e abstrata, contida na lei, de um fato que, se ocorrer, dará ensejo ao tributo.

Resposta comentada:

De acordo com o Art. 113, § 1º do CTN, a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. As alternativas A e B invertem os conceitos: a hipótese de incidência é a previsão abstrata (lei) e o fato gerador é a concretização fática.

Feedback:

--

36ª QUESTÃO**Enunciado:**

Lucas foi contratado por uma empresa de tecnologia TERE X SOFTWARE LTDA para exercer suas atividades em regime de teletrabalho. No contrato de trabalho, constava expressamente a aplicação do art. 62, III, da CLT, afastando o controle de jornada em razão da prestação do serviço por produção ou tarefa. A partir de determinado período, Lucas passou a receber demandas diárias por meio de aplicativos corporativos, com metas rígidas e prazos curtos. Além disso, era constantemente acionado por seus superiores fora do horário de trabalho, inclusive à noite e nos finais de semana, sendo cobrado por respostas imediatas. A empresa utilizava sistemas que registravam horários de login, tempo de atividade e produtividade. Lucas foi dispensado sem justa causa em janeiro/2026 e ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras e indenização por violação ao direito à desconexão. À luz da legislação trabalhista e da jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

O uso de instrumentos telemáticos não possui relevância jurídica para fins de controle de jornada, nos termos da CLT, razão pela qual não há fundamento para o pedido de horas extras.

(alternativa B)

A mera previsão contratual de teletrabalho e de enquadramento no art. 62, III, da CLT é suficiente para afastar qualquer discussão judicial sobre jornada, ainda que haja prova de subordinação estrutural e controle tecnológico do tempo de trabalho.

(alternativa C)

O direito à desconexão somente é reconhecido quando houver previsão expressa em norma coletiva, sendo incabível sua aplicação no caso concreto.

(alternativa D) (CORRETA)

A existência de controle indireto por meios telemáticos pode afastar a aplicação do art. 62, III, da CLT, sendo possível o reconhecimento de horas extras e da violação ao direito à desconexão.

(alternativa E)

O enquadramento no art. 62, III, da CLT afasta, de forma absoluta, o direito ao pagamento de horas extras, sendo irrelevante a existência de mecanismos indiretos de controle.

Resposta comentada:

De acordo com art. 62, III da CLT, empregado contratado sob o regime de teletrabalho para prestação de serviços por produção ou tarefa está excluído, em regra, do controle de jornada e, por conseguinte, das horas extras. Porém, caso o empregador utilize meios para controlar a jornada de Lucas e o acione constantemente fora do horário normal, exigindo resposta imediata e providências durante o período de descanso, a previsão do art. 62, III poderá ser afastada no caso concreto.

Feedback:

--

37ª QUESTÃO**Enunciado:**

O SISNAMA, ou Sistema Nacional do Meio Ambiente, é a estrutura utilizada para a gestão ambiental no Brasil, estabelecida pela Lei nº 6.938/1981. É composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de fundações públicas, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Dentre as instituições abaixo, qual faz parte da estrutura do SISNAMA?

Alternativas:**(alternativa A)**

O CONAMA, que tem poder de polícia ambiental.

(alternativa B) (CORRETA)

O IBAMA, que tem poder de polícia ambiental.

(alternativa C)

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que não tem poder de polícia ambiental.

(alternativa D)

O CONAMA e o IBAMA, e nenhum dos dois possuem poder de polícia ambiental.

(alternativa E)

O IBAMA, que não tem poder de polícia ambiental.

Resposta comentada:

No Brasil, o poder de polícia ambiental é exercido por diversos órgãos, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, que fazem parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é o principal órgão federal responsável por essa fiscalização. Além do Ibama, cada estado e município possui órgãos próprios para fiscalização ambiental, como secretarias estaduais e municipais do meio ambiente. O CONAMA tem função de aconselhamento e criação de normas técnicas, não tem esse poder de fiscalização.

Feedback:

--

38ª QUESTÃO**Enunciado:**

Conforme ensina Gabriel Quintanilha (Manual de Direito Tributário, 2026), "os princípios têm como objetivo orientar e nortear a interpretação das normas tributárias em defesa dos interesses do contribuinte". Nesse sentido, assinale a afirmativa correta acerca dos princípios no Direito Tributário:

Alternativas:**(alternativa A)**

Pelo princípio da seletividade, quanto mais essencial for o produto sobre o qual estiver recaindo a carga tributária maior deverá ser o tributo.

(alternativa B)

Pelo princípio da noventena, tem-se que a lei tributária não retroagirá para abranger fatos geradores pretéritos.

(alternativa C) (CORRETA)

Nos termos do princípio da legalidade, não se pode criar ou extinguir tributo, majorar ou reduzir alíquota, senão por força de Lei.

(alternativa D)

Pelo princípio da anterioridade clássica ou de exercício, criado ou majorado um tributo, ele já poderá ser cobrado no exercício financeiro corrente.

(alternativa E)

Por força do princípio da legalidade, os impostos extrafiscais da União, quais sejam, II, IE, IPI e IOF, não poderão ter suas alíquotas alteradas por ato do Poder Executivo.

Resposta comentada:

Previsto no art. 150, I, da CRFB, complementado pelo art. 97 do CTN, o princípio da legalidade é um dos alicerces do Direito Tributário. Trata-se da garantia constitucional basilar do Direito Tributário, de modo que não se pode criar ou extinguir tributo, majorar ou reduzir alíquota, senão por força de Lei. No entanto, esse princípio comporta exceções.

A primeira exceção abrange os impostos extrafiscais da União (II, IE, IPI e IOF) e está prevista no § 1º do art. 153 da CRFB, que determina que os impostos extrafiscais da União, quais sejam, II, IE, IPI e IOF, poderão ter suas alíquotas alteradas por ato do Poder Executivo.

A seletividade é aplicada em razão da essencialidade do tributo, de modo que, quanto mais essencial for o produto sobre o qual estiver recaindo a carga tributária menor deverá ser o tributo.

Pelo princípio da anterioridade clássica ou de exercício, criado ou majorado um tributo, ele somente poderá ser cobrado no exercício financeiro seguinte.

O princípio da irretroatividade determina que a lei tributária não retroagirá para abranger fatos geradores pretéritos.

Feedback:

QUINTANILHA, Gabriel S. **Manual de Direito Tributário - Volume Único**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. p.105. ISBN 9788530998950. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998950/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

39ª QUESTÃO**Enunciado:**

Dentre os acionistas, a lei atribuiu uma responsabilidade diferenciada ao acionista controlador, em razão dos poderes por este exercidos na sociedade anônima. À luz da Lei nº 6.404/1976 (LSA), analise as afirmativas a seguir:

I – O acionista controlador é aquele que detém, necessariamente, mais da metade do capital social com direito a voto.

II – O controle pode ser exercido de forma minoritária, desde que haja poder efetivo e permanente de dirigir as atividades sociais e eleger a maioria dos administradores.

III – O poder do acionista controlador é um poder-dever, devendo ser exercido em conformidade com o objeto social e a função social da empresa.

IV – A contratação com a companhia em condições não equitativas, visando benefício próprio, caracteriza hipótese de abuso de poder de controle.

V – Apenas acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital social podem propor ação de responsabilidade contra o controlador, não sendo admitida legitimidade individual.

Assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

(alternativa B)

Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

(alternativa C)

As afirmativas I, II, III, IV e V estão corretas.

(alternativa D)

Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

(alternativa E)

Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

Resposta comentada:

Apenas as afirmativas **II, III e IV** estão de acordo com a LSA:

I – Incorreta: O controle **não exige maioria absoluta** do capital votante. A lei admite o chamado **controle minoritário**, desde que haja poder efetivo e permanente (art. 116).

II – Correta: A definição legal permite o controle mesmo sem maioria do capital, desde que o acionista ou grupo exerça efetivamente o poder de direção da companhia.

III – Correta: O poder do controlador é um **poder-dever**, devendo ser exercido para que a companhia realize seu objeto e cumpra sua função social (art. 116, parágrafo único).

IV – Correta: A celebração de contratos em condições favorecidas constitui **abuso de poder de controle** (art. 117).

V – Incorreta: Embora acionistas com **5% do capital social** possam propor a ação, **qualquer acionista também pode fazê-lo**, desde que preste caução (art. 246).

Feedback:

--

40ª QUESTÃO**Enunciado:**

Organizações internacionais são associações formadas por Estados soberanos, baseadas em tratados, criadas para promover cooperação mútua em áreas como paz, economia, saúde e direitos humanos. Elas possuem personalidade jurídica própria para atuar autonomamente. Exemplos incluem ONU, OMS, OMC e FMI. A respeito delas, analise as assertivas abaixo:

I. ONU: A maior organização mundial, focada em manter a paz, segurança internacional e direitos humanos.

II. OMS: Foca na estabilidade financeira, aumento de emprego e redução da pobreza mundial.

III. OMC: Regula e facilita o comércio internacional entre as nações.

IV. FMI: Agência da ONU focada na gestão de políticas de saúde a nível mundial.

Estão corretos os itens contidos em:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

I e III.

(alternativa B)

I e II.

(alternativa C)

I, II e IV.

(alternativa D)

II e III.

(alternativa E)

II e IV.

Resposta comentada:

ONU - Organização das Nações Unidas: A maior organização mundial, focada em manter a paz, segurança internacional e direitos humanos. **OMS - Organização Mundial da Saúde:** Agência da ONU focada na gestão de políticas de saúde a nível mundial. **OMC - Organização Mundial do Comércio:** Regula e facilita o comércio internacional entre as nações. **FMI - Fundo Monetário Internacional:** Foca na estabilidade financeira, aumento de emprego e redução da pobreza mundial.

Feedback:

--

41ª QUESTÃO**Enunciado:**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, marca o início da criação de um sistema internacional que concretiza uma preocupação mundial e conjunta pela proteção dos direitos humanos. Porém, muito antes desta Declaração ser criada, diversos documentos ao longo da história passaram a prever alguns dos direitos que depois seriam nomeados como direitos humanos. A respeito do tema, é possível afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada em 1791, na França, é um dos marcos do advento do Estado Liberal e conclamava, entre outros direitos, o exercício de liberdades individuais, políticas, bem como a separação dos poderes do Estado.

(alternativa B)

Durante o Estado Social, direitos sociais foram incorporados às constituições, diante da influência de movimentos liberais antiabsolutistas, liderados por filósofos como Montesquieu, Rousseau e John Locke.

(alternativa C)

A *Bill of Rights*, Carta inglesa de 1689, pioneiramente, estabeleceu o conceito do princípio da dignidade da pessoa humana, com base em Kant.

(alternativa D)

Na era Medieval, Ciro, rei da Pérsia, adotou a política de autorizar os povos exilados da Babilônia a retornarem às suas terras de origem (libertando, portanto, os escravos), sendo considerado um importante avanço na história de construção dos direitos humanos.

(alternativa E)

O fim da Primeira Guerra Mundial marca o início da criação de um sistema internacional que concretiza uma preocupação mundial e conjunta pela proteção dos direitos humanos.

Resposta comentada:

Na Idade Antiga, Ciro, rei da Pérsia, adotou a política de autorizar os povos exilados da Babilônia a retornarem às suas terras de origem (libertando, portanto, os escravos), sendo considerado um importante avanço na história de construção dos direitos humanos. O fim da Segunda Guerra Mundial marca o início da criação de um sistema internacional que concretiza uma preocupação mundial e conjunta pela proteção dos direitos humanos. Durante o Estado Social, direitos sociais foram incorporados às constituições, diante da influência de movimentos anti liberalismo. A *Bill of Rights* não teve influência de Kant, que veio depois.

Feedback:

--

42ª QUESTÃO**Enunciado:**

O caso Vladimir Herzog (1975) foi o assassinato do jornalista pela ditadura militar brasileira no DOI-CODI, em SP, sob falsa alegação de suicídio. Sua morte após tortura gerou imensa comoção, tornando-se um símbolo da luta pela democracia. O Estado brasileiro foi condenado internacionalmente pela impunidade do crime, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (2018). A respeito do tema, é possível afirmar que:

Alternativas:**(alternativa A)**

Em face da decisão da Corte Interamericana, o STF declarou a lei de anistia constitucional.

(alternativa B)

Na decisão, a Corte Interamericana entendeu que a lei de anistia brasileira não viola a Convenção Americana de Direitos Humanos.

(alternativa C)

Tanto o STF quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos concordam que a lei de anistia viola a Convenção Americana de Direitos Humanos.

(alternativa D) (CORRETA)

Na decisão, a Corte Interamericana entendeu que a lei de anistia brasileira viola a Convenção Americana de Direitos Humanos.

(alternativa E)

Em face da decisão da Corte Interamericana, o STF declarou a lei de anistia inconstitucional.

Resposta comentada:

Na decisão, em 2018, a Corte Interamericana entendeu que a lei de anistia brasileira viola a Convenção Americana de Direitos Humanos. Está pendente de julgamento no STF uma ADPF para analisar a questão. Em 2014 o STF já havia declarado a constitucionalidade da lei.

Feedback:

--

43ª QUESTÃO**Enunciado:**

Soberania nacional é a capacidade de um Estado de atuar de forma autônoma e independente nas relações internacionais, reconhecendo-se como uma nação com poder supremo sobre seu território e povo, mas que se interliga com outras nações e organizações internacionais através de diplomacia, cooperação e negociação. Isso implica a capacidade de tomar decisões soberanas sobre políticas de fronteira, defesa, tratados e alianças, mas também de gerenciar as pressões e influências de outros Estados e organizações multilaterais. Existem três direitos exercidos pelos Estados, decorrentes da soberania. Quais são eles?

Alternativas:**(alternativa A)**

Jus legationis é o direito dos Estados de celebrar tratados e acordos internacionais; *jus tractum* é o direito de estabelecer relações diplomáticas, enviando e recebendo embaixadores; e *jus belli* refere-se ao direito de “fazer guerra”, considerando o conjunto de normas que regulam os conflitos armados internacionais e estabelece seus limites.

(alternativa B)

Jus tractum é o direito dos Estados de celebrar tratados e acordos internacionais; *jus belli* é o direito de estabelecer relações diplomáticas, enviando e recebendo embaixadores; e *jus legationis* refere-se ao direito de “fazer guerra”, considerando o conjunto de normas que regulam os conflitos armados internacionais e estabelece seus limites.

(alternativa C) (CORRETA)

Jus tractum é o direito dos Estados de celebrar tratados e acordos internacionais; *jus legationis* é o direito de estabelecer relações diplomáticas, enviando e recebendo embaixadores; e *jus belli* refere-se ao direito de “fazer guerra”, considerando o conjunto de normas que regulam os conflitos armados internacionais e estabelece seus limites.

(alternativa D)

Jus belli é o direito dos Estados de celebrar tratados e acordos internacionais; *jus legationis* é o direito de estabelecer relações diplomáticas, enviando e recebendo embaixadores; e *jus tractum* refere-se ao direito de “fazer guerra”, considerando o conjunto de normas que regulam os conflitos armados internacionais e estabelece seus limites.

(alternativa E)

Jus tractum é o direito dos Estados de celebrar tratados e acordos internacionais; *jus cogens* é o direito de estabelecer relações diplomáticas, enviando e recebendo embaixadores; e *jus belli* refere-se ao direito de “fazer guerra”, considerando o conjunto de normas que regulam os conflitos armados internacionais e estabelece seus limites.

Resposta comentada:

Jus tractum é o direito dos Estados de celebrar tratados e acordos internacionais; *jus legationis* é o direito de estabelecer relações diplomáticas, enviando e recebendo embaixadores; e *jus belli* refere-se ao direito de “fazer guerra”, considerando o conjunto de normas que regulam os conflitos armados internacionais e estabelece seus limites.

Feedback:

--

44ª QUESTÃO**Enunciado:**

O fenômeno do *(over)sharenting* refere-se à prática de pais ou responsáveis que compartilham excessivamente informações, imagens ou vídeos de seus filhos nas redes sociais. À luz do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente considerando o poder familiar e a proteção da criança e do adolescente, assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

A divulgação de informações sobre filhos nas redes sociais somente é proibida quando houver finalidade econômica comprovada.

(alternativa B)

O compartilhamento de imagens de filhos menores é ilimitado, pois decorre automaticamente do exercício do poder familiar, sem qualquer restrição legal.

(alternativa C) (CORRETA)

O *(over)sharenting* pode violar direitos da personalidade da criança, como a privacidade e a imagem, devendo ser limitado pelo princípio do melhor interesse do menor.

(alternativa D)

O poder familiar autoriza os pais a divulgarem qualquer conteúdo envolvendo seus filhos, independentemente da proteção à dignidade e à intimidade da criança.

(alternativa E)

Crianças e adolescentes não possuem proteção jurídica quanto à exposição digital realizada por seus pais, pois não têm plena capacidade civil.

Resposta comentada:

O poder familiar não é absoluto e deve ser exercido conforme o melhor interesse da criança e do adolescente. A prática de *(over)sharenting* pode violar direitos fundamentais, como privacidade, honra e imagem, assegurados pelo ordenamento jurídico, inclusive pelo ECA.

Fonte: PECK, Patrícia. **Proteção de dados pessoais**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2020.

Feedback:

--

45ª QUESTÃO**Enunciado:**

Os princípios constitucionais explícitos da Administração Pública são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Sobre tais princípios do Direito Administrativo, analise as assertivas abaixo e a relação entre elas:

I - O dever do gestor público de prestar contas decorre, dentre outros, dos princípios constitucionais: publicidade e moralidade.

PORQUE

II - O princípio da publicidade afirma que a administração pública deve justificar os seus atos, com a indicação dos fundamentos de fato e de direito que levaram à decisão. Já a moralidade obriga os agentes públicos a atuarem de acordo com os princípios éticos e valores morais estabelecidos nas normas jurídicas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

Alternativas:**(alternativa A)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(alternativa B) (CORRETA)

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

(alternativa C)

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira

(alternativa D)

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(alternativa E)

As asserções I e II são proposições falsas.

Resposta comentada:

O princípio da motivação afirma que a administração pública deve justificar os seus atos, com a indicação dos fundamentos de fato e de direito que levaram à decisão. Já a moralidade obriga os agentes públicos a atuarem de acordo com os princípios éticos e valores morais estabelecidos nas normas jurídicas.

Feedback:

--

46ª QUESTÃO**Enunciado:**

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. Analise as assertivas a seguir e a relação proposta entre elas:

Asserção (A): Provedores de aplicações de internet podem ser responsabilizados civilmente por conteúdos ilícitos gerados por terceiros.

Razão (R): Isso ocorre quando, após ordem judicial específica, não adotam as providências para a indisponibilização do conteúdo apontado como ilícito.

Assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A)**

A asserção é verdadeira, e a razão é falsa.

(alternativa B)

As duas proposições são verdadeiras, mas a razão não justifica a asserção.

(alternativa C) (CORRETA)

As duas proposições são verdadeiras, e a razão justifica a asserção.

(alternativa D)

As duas proposições são falsas.

(alternativa E)

A asserção é falsa, e a razão é verdadeira.

Resposta comentada:

A responsabilidade civil dos provedores, conforme o Marco Civil da Internet é subjetiva e condicionada ao descumprimento de ordem judicial específica para remoção de conteúdo ilícito. Assim, a razão explica corretamente a asserção.

Fonte: CAPANEMA, Valter Aranha. Manual de Direito Digital Teoria e Prática (2026). Editora Juspodivm

Feedback:

--

47ª QUESTÃO**Enunciado:**

O princípio da função socioambiental da propriedade estabelece imposições coativas ao proprietário, impostas pelo poder público, quanto ao exercício de seu direito em consonância com as diretrizes de proteção do meio ambiente e de interesse social. A respeito do tema, assinale a alternativa correta quanto à intervenção do Estado na propriedade para proteção deste princípio:

Alternativas:**(alternativa A)**

Municípios não podem aplicar alíquotas crescentes de IPTU sobre terrenos vazios ou subutilizados, incentivando o proprietário a construir ou alugar o imóvel.

(alternativa B) (CORRETA)

A União pode desapropriar terras rurais que não produzem de forma produtiva, sustentável ou que descumprem leis trabalhistas, destinando-as para a agricultura familiar.

(alternativa C)

Em imóveis que cumpriram as exigências do Plano Diretor, o município pode desapropriar a área após o prazo do IPTU progressivo, pagando indenização em títulos da dívida pública.

(alternativa D)

A supressão de árvores nativas, mesmo em propriedades privadas, não está sujeita à autorização da autoridade competente.

(alternativa E)

Apenas a União pode limitar o uso da propriedade para preservar patrimônio histórico, artístico ou ambiental, impedindo modificações que destruam o valor coletivo do bem.

Resposta comentada:

A aplicação da função social da propriedade pelo poder público ocorre quando bens particulares são subutilizados ou nocivos, não atendendo às regras urbanas ou rurais, permitindo intervenções como IPTU progressivo, desapropriação-sanção para reforma agrária ou urbana, tombamento, e parcelamento/edificação compulsórios, visando o bem-estar coletivo. Todos os entes podem/devem agir para a aplicação deste princípio.

Feedback:

--

48ª QUESTÃO

Enunciado:

Observe a petição abaixo:

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Execução Penal do Rio de Janeiro.

Processo n.

RG n.

Fulano da Silva, já qualificado nos autos em epígrafe, vem através de sua advogada, abaixo assinada, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, INTERPOR com fundamento no artigo 197 da Lei n. 7.210/1984:

RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO, com pedido de gratuidade de justiça (Lei n. 1060/50)

Sobre o tema recursos na fase da execução da pena, podemos afirmar que:

I. O agravo em execução é o recurso por excelência e de aplicam a ele as mesmas regras do Recurso em Sentido Estrito.

II. Cabe Recurso em Sentido Estrito no caso do art.581, XII do CPP que diz que “cabe recurso, no sentido estrito, da decisão (...) que conceder, negar ou revogar livramento condicional”.

III. Tanto o Agravo em Execução quanto o Recurso em Sentido Estrito possuem prazo de 5 dias para interposição.

É correto o que se afirma em:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

I e III, apenas.

(alternativa B)

III, apenas.

(alternativa C)

I e II, apenas.

(alternativa D)

I, apenas.

(alternativa E)

I, II e III

Resposta comentada:

Vimos que o Agravo em Execução visa garantir que o direito ao duplo grau de jurisdição na execução penal, permitindo que as decisões do juiz de primeira instância sejam revistas pelos Tribunais. Além disso, vimos que a Lei de Execuções Penais não dispôs sobre as regras deste recurso e doutrina e jurisprudência construíram entendimento que deveriam ser aplicadas as mesmas regras do recurso em sentido estrito, possuindo, portanto, prazo de 5 dias para interposição.

Feedback:

Vimos que o Agravo em Execução visa garantir que o direito ao duplo grau de jurisdição na execução penal, permitindo que as decisões do juiz de primeira instância sejam revistas pelos Tribunais. Além disso, vimos que a Lei de Execuções Penais não dispôs sobre as regras deste recurso e doutrina e jurisprudência construíram entendimento que deveriam ser aplicadas as mesmas regras do recurso em sentido estrito, possuindo, portanto, prazo de 5 dias para interposição.

Enunciado:

Em um grande centro comercial, Wagner Montenegro, estudante universitária, retirou de uma livraria um marcador de páginas temático no valor de R\$ 4,90, colocando-o em sua bolsa e saindo do estabelecimento sem efetuar o pagamento. Ao ser abordada pela segurança, o objeto foi imediatamente recuperado e devolvido ao estabelecimento comercial, que não sofreu qualquer prejuízo econômico relevante. Ainda assim, o Ministério Público ofereceu denúncia imputando à agente o crime de furto simples (art. 155 do Código Penal). Os autos indicam que o acusado não possui antecedentes criminais, não houve violência ou grave ameaça e o bem foi restituído integralmente.

Considerando o texto acima, as afirmações abaixo, o previsto no ordenamento jurídico brasileiro e o entendimento predominante em nossas doutrina e jurisprudência, analise a imputação contida no enunciado e assinale a afirmativa correta:

I- A imputação do crime de furto contra Wagner Montenegro pode ser afastada pela incidência do princípio da insignificância, por ausência de tipicidade material da conduta porque

II- O princípio da insignificância, segundo a jurisprudência firme do STF e do STJ, pode afastar a tipicidade material quando presentes, cumulativamente, mínima ofensividade da conduta, nenhuma perigosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica.

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Ambas as afirmações estão corretas e a segunda mantém coerência lógica com a primeira.

(alternativa B)

A primeira afirmação está correta, mas a segunda está incorreta.

(alternativa C)

A primeira afirmação está incorreta e a segunda está correta.

(alternativa D)

Ambas as afirmações estão corretas, mas a segunda não mantém coerência lógica com a primeira.

(alternativa E)

Ambas as afirmações estão erradas.

Resposta comentada:

A conduta é formalmente típica (furto), porém materialmente irrelevante. O valor do bem é extremamente baixo, houve restituição imediata e não há antecedentes. Assim, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, pode incidir o princípio da insignificância, afastando a tipicidade material.

- A primeira afirmação está correta, mas a segunda está incorreta: Errado, pois a primeira afirmação descreve com precisão o entendimento consolidado da jurisprudência constitucional e infraconstitucional.

- Ambas as afirmações estão corretas, mas a segunda não mantém coerência lógica com a primeira: Errado, pois a segunda afirmação explica diretamente por que o caso admite a incidência do princípio da insignificância.

- A primeira afirmação está incorreta e a segunda está correta: Errado, pois a imputação penal pode ser afastada pela insignificância, exatamente porque a conduta apresenta lesão jurídica irrelevante.

- Ambas as afirmações estão erradas: Errado, pois a primeira afirmação descreve com precisão o entendimento consolidado da jurisprudência constitucional e infraconstitucional e a segunda afirmação reproduz exatamente os quatro vetores jurisprudenciais clássicos fixados pelo STF (a partir de precedentes como o HC 84.412): mínima ofensividade da conduta; nenhuma periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; inexpressividade da lesão jurídica.

- Ambas as afirmações estão corretas e a segunda mantém coerência lógica com a primeira: CERTO, pois as duas afirmações estão em plena consonância com a doutrina penal e a jurisprudência dominante.

Feedback:

A conduta é formalmente típica (furto), porém materialmente irrelevante. O valor do bem é extremamente baixo, houve restituição imediata e não há antecedentes. Assim, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, pode incidir o princípio da insignificância, afastando a tipicidade material.

- A primeira afirmação está correta, mas a segunda está incorreta: Errado, pois a primeira afirmação descreve com precisão o entendimento consolidado da jurisprudência constitucional e infraconstitucional.

- Ambas as afirmações estão corretas, mas a segunda não mantém coerência lógica com a primeira: Errado, pois a segunda afirmação explica diretamente por que o caso admite a incidência do princípio da insignificância.

- A primeira afirmação está incorreta e a segunda está correta: Errado, pois a imputação penal pode ser afastada pela insignificância, exatamente porque a conduta apresenta lesão jurídica irrelevante.

- Ambas as afirmações estão erradas: Errado, pois a primeira afirmação descreve com precisão o entendimento consolidado da jurisprudência constitucional e infraconstitucional e a segunda afirmação reproduz exatamente os quatro vetores jurisprudenciais clássicos fixados pelo STF (a partir de precedentes como o HC 84.412): mínima ofensividade da conduta; nenhuma periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; inexpressividade da lesão jurídica.

- Ambas as afirmações estão corretas e a segunda mantém coerência lógica com a primeira: CERTO, pois as duas afirmações estão em plena consonância com a doutrina penal e a jurisprudência dominante.

50ª QUESTÃO

Enunciado:

Leia o trecho a seguir:

Nem toda norma jurídica produz imediatamente efeitos concretos na realidade social. Há normas cuja aplicação depende de condições institucionais, regulamentação posterior ou transformação das práticas sociais, o que evidencia a distinção entre validade formal e efetividade prática no Direito.

Com base no trecho e na teoria da norma jurídica, analise as afirmativas a seguir:

I. A validade da norma jurídica está relacionada à sua conformidade com os critérios formais e hierárquicos do ordenamento jurídico.

II. A vigência da norma garante, por si só, sua plena aplicação prática na sociedade.

III. A eficácia da norma pode ser condicionada por fatores externos, como políticas públicas e estrutura estatal.

IV. Uma norma pode ser válida e vigente, mas apresentar baixa eficácia social.

Assinale a alternativa correta:

Alternativas:**(alternativa A) (CORRETA)**

Apenas I, III e IV estão corretas.

(alternativa B)

Todas estão corretas.

(alternativa C)

Apenas I e II estão corretas.

(alternativa D)

Apenas I e IV estão corretas.

(alternativa E)

Apenas II e III estão corretas.

Resposta comentada:

A afirmativa I está correta, pois a validade está ligada à conformidade com o ordenamento jurídico.

A afirmativa II está incorreta, pois vigência não garante eficácia.

A afirmativa III está correta, pois a eficácia depende de condições concretas.

A afirmativa IV está correta, sendo um ponto central da teoria: validade $\neq$ eficácia.

Feedback:

--